

# A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: nossa experiência no Centro Histórico de Cruzeta/RN

## **Luciano Aciolli Rodrigues dos Santos**

Licenciado em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
lucianocruzeta@yahoo.com.br

## **Francineide Araújo**

Bacharel em Turismo  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
francy-singer@hotmail.com

Nas últimas décadas o ensino de história tem sido alvo de críticas e contundentes reflexões por parte dos profissionais da educação que reclamam para o campo práticas e metodologias educativas que partam de temas e objetos associados ao contexto e realidade social experimentado pelo educando em seu cotidiano. Com o intuito de atender a esta perspectiva, muitos educadores passaram a explorar de diversas maneiras, seja na sala de aula ou no extramuros, as metodologias utilizadas pela Educação Patrimonial que de acordo com Maria de Lurdes Parreira Horta se desenvolve em quatro etapas: a observação, registro, exploração e apropriação com vista na sensibilização do educando para a preservação e valorização do Patrimônio Cultural situado em seu entorno. Em vista disso, pretendemos neste trabalho relatar e refletir sobre a experiência de Educação patrimonial desenvolvida no centro histórico de Cruzeta/RN em 2010 que envolveu alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas municipais enfatizando seus possíveis diálogos com o ensino de história local.

**Palavras Chave:** Ensino de história; Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural.

## **1. INTRODUÇÃO**

*Vozes, ao longo desses dois séculos,  
procuraram, de início isoladas e depois  
consistentes, fazer emergir outras possibilidades  
de se ensinar História”.*

*Elza Nadai*

Para melhor elucidar o tema deste texto, inicio minhas reflexões trazendo para o cerne da discussão duas premissas importantes destacadas por Selva Guimarães e que aparentemente podem parecer óbvias para os profissionais de ensino de história. A primeira delas é que a história é uma “disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora” já que esta “tem como papel central a formação de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva”. A segunda é que exercer a docência em história “é ter consciência de que o debate sobre o significado de ensinar história processa-se, sempre, no interior de lutas políticas e culturais” (FONSECA, 2003. p. 89).

As proposições assinaladas acima servem bem para ilustrar o campo de atuação do ensino de história e suas imbricadas relações com a prática da Educação Patrimonial. Se o ensino de história pressupõe a constituição de identidades, a compreensão do passado, a interferência no plano social e pessoal dos indivíduos forjado na urdidura ideológica de interesses desarmônicos, em que circunstância podemos falar em Educação Patrimonial como prática de ensino de história local? Para melhor situar o problema, torna-se necessário expor a que finalidade se propõe o ensino de história local.

Para Circe Bittencourt

“a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a **compreensão do entorno** do aluno, identificando o **passado sempre presente** nos vários **espaços de convivência** – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da **história do presente**”. [Grifos nossos] (BITTENCOURT, 2009. p. 168)

Entendido, desse modo, como um caminho para se fazer apreender o “entorno do aluno”, isto é, o meio social em que este está inserido por meio da percepção das permanências e continuidades do passado no tempo presente, a história local tem como matéria-prima principal a investigação da memória e as configurações de identidades. Desse modo, “a questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local” (Idem, 2009. p. 169).

Mas ao se trabalhar com a história local tem-se que atentar-se para alguns perigos que isto pode incorrer. Primeiramente a história local não pode contentar-se em reproduzir simplesmente “a história do poder local e das classes dominantes” que se limita a fazer conhecer “nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades” (Ibdem). O segundo risco é que ela não deve pautar-se na “fragmentação rígida dos espaços e temas estudados, não possibilitando que os alunos estabeleçam relações entre os vários níveis e dimensões históricas do tema” inviabilizando a construção de relações entre o contexto local, o nacional e o global (articulação entre micro e macro história) (FONSECA, 2003. p.154). Outro perigo é que a história local não pode ser vista apenas como um “espaço reservado ao estudo dos chamados aspectos políticos” e econômicos que geralmente se utiliza dos vultos ilustres locais para se dar conta da origem, evolução e progresso do município ou região. (Idem) E mais ainda que esta não deve ser utilizada como pressuposto fidedigno para justificar uma “naturalização” e “ideologização” da vida social e política que sirva “para mascarar a divisão social, a luta de classes e as relações de poder e dominação que permeiam os grupos sociais” (Ibdem).

Visto de outro modo, a história local deve vir sempre vinculada “à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado”. (BITTENCUORT, 2009. p. 168) É nesta urdidura das relações sociais e das múltiplas possibilidades de se compreender as experiências do vivido e suas nuances no tempo presente onde se inscreve o valor do Patrimônio Cultural e, portanto, lugar comum dos elementos constituintes do discurso teórico-metodológico utilizados pela Educação Patrimonial hoje.

A relação mais fecunda e profícua que podemos estabelecer entre ensino de história e Educação Patrimonial é que esta pode servir como metodologia apropriada para se chegar à compreensão do passado e instigar no aluno os sentimentos de pertencimento ao seu lugar a partir da utilização de procedimentos capazes de constituir relações identitárias entre o educando e a história local através da construção de saberes a cerca de seu patrimônio cultural. É neste sentido que Oliveira elucida a importância do patrimônio histórico como

“uma produção cultural [que] encerra em si características que favorecem, facilitam a relação de ensino/aprendizagem por parte de quem o utiliza, por parte daqueles que o usam como fonte documental para a obtenção de conhecimento a respeito de uma determinada época, de determinadas condições socioeconômicas de produção de determinado bem, das relações de poder que demonstram que tal imóvel, por pertencer a uma determinada parcela mais abastada da sociedade, então, foi construído com material de melhor qualidade, pode explicar continuidades e mudanças ocorridas em determinados locais, entre várias outras potencialidades que estes documentos apresentam” (OLIVEIRA, 2008. p. 98).

Mas o que vem a ser mesmo a Educação Patrimonial e qual sua finalidade? Segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial lançado em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a Educação patrimonial trata-se de

“um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”. (GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 1999, p.7).

“A Educação Patrimonial, portanto, pretende resgatar a relação de afeto entre a comunidade e seus patrimônios, estabelecendo entre eles um processo de aproximação, fazendo com que a comunidade tenha um sentimento de pertencimento em relação a

seus bens patrimoniais, desejando, assim, seu regate e preservação” (PIZANI, apud. SOARES, 2008. p.32).

Enquanto ação educativa, a Educação Patrimonial se fundamenta em quatro etapas metodológicas contínuas: a **Observação** que se baseia em exercícios de percepção visual e sensorial com o objetivo de identificação do objeto de estudo, sua função e significado; o **Registro** que busca desenvolver atividades de registro das percepções efetuadas por diversas maneiras possíveis (fotografias, desenhos, entrevistas, vídeos, maquetes e etc.) com a finalidade de fixação do conhecimento percebido, sua análise crítica e o desenvolvimento da memória e do pensamento intuitivo e operacional; a **Exploração** que consiste na análise do problema, no levantamento de hipóteses, pesquisa em outras fontes (arquivos, bibliotecas, jornais, entrevistas), postura crítica e etc., e por último a **Apropriação** que busca desenvolver a capacidade de autoexpressão, participação criativa e valorização do bem cultural através de recriações, releituras ou dramatizações deste propiciando um envolvimento afetivo e a internalização dos saberes apreendidos.

Em vista disto, a apropriação da metodologia da Educação Patrimonial pelo ensino de história “não busca apenas estimular a conservação física de lugares históricos, como prédios públicos, monumentos, praças, bens naturais, entre outros, [mas] busca também resgatar a memória e os valores que levaram a comunidade a reconhecer aquele personagem, objeto ou prédio histórico como patrimônios de uma coletividade” (PIZANI, apud. SOARES, 2008. p.32) a medida que esta vai possibilitando caminhos de se apreender e interpretar o passado, isto é, de tornar a história local inteligível a partir do conhecimento e da apropriação do patrimônio cultural do lugar. Neste ponto é importante citar ainda os “lugares de memória” como locais apropriados para se “encontrar os esquecimentos, os lapsos de memória, não circunstanciais, mas obrigatórios, que abrigam determinadas posições e, mais uma vez, encobrem variadas disputas” (OLIVEIRA IN OLIVEIRA E CAIMELLI, 2008. p. 98).

## **2. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL COMO DOCUMENTO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Como todo profissional de história sabe, “o documento é a base para o julgamento histórico” (KARNAL E TATSCH, 2004. p.41). Isso é verdade por que se todos os documentos produzidos por um determinado período histórico fossem destruídos,

nenhum historiador poderia dizer nada sobre ele. O mesmo acontece com uma civilização que nada deixou de vestígios. Assim, segundo Silva “fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço [ou ainda] a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico” (SILVA, 2008. p. 158).

É nesta vasta conceituação de documento onde o patrimônio histórico cultural se insere. Definido corriqueiramente “como o complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos e parques nacionais de determinado país ou região que possui valor histórico e artístico e compõem um determinado entorno ambiental de valor patrimonial” (Idem, 2008. p. 324), o patrimônio cultural, como atualmente costuma ser mais chamado, não se refere apenas a

“um conjunto selecionado de objetos históricos, monumentos representativos da memória nacional, centros históricos, etc., mas também os saberes populares, os artesanatos, as crenças e as tradições, os rituais e festas religiosas, os processos de trabalho e produção, as relações sociais, familiares e com o meio ambiente, as formas de organização econômica, política e tecnológica e, ainda, todos os aspectos que a cultura viva da população pode assumir e criar” (GRUNBERG IN BARRETO, 2008. p.37-38),

ou seja, “não se restringe á produção material humana, mas abrange também a produção emocional e intelectual. [Isto é] tudo o que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural” (SILVA, 2008. p. 325).

Visto desta forma, o patrimônio cultural é uma importante lente por onde se torna exequível vislumbrar as acepções de passado e as apreensões de futuro de um determinado grupo ou sociedade. Isto é possível porque o patrimônio cultural é composto por elementos produzidos num determinado contexto sócio-cultural como parte integrante do processo histórico vivenciado pelos grupos e sociedades situados cada qual em seus espaços e esferas dinâmicas de influxos e afluências ao longo de sua história e que por um motivo ou outro mereceram ser preservados às gerações seguintes. Assim, ao se constituir em elementos históricos e geograficamente situados e revestidos de uma “áurea sacralizante” pelos indivíduos ou grupos sociais que o elegeram, ele acaba por atribuir sentidos e valores a estes lugares ao mesmo tempo em que os representam e os definem, moldando-os de características próprias e atribuindo a estes uma identidade comum ainda que não menos conflitante.

A força desta prerrogativa está no fato de que o patrimônio cultural não possui valor em si mesmo e sim pode ser compreendido como parte de um processo histórico de

produção cultural movido por interesses múltiplos e divergentes seja em escala nacional ou local. Como observa Moura,

“feito para lembrar ou consagrado *a posteriori* como tal, interfere na dialética da memória á medida que dita o que deve ser lembrado, sendo, pois, expressão da memória de um grupo (...) Assim, compreender o processo histórico de produção do patrimônio significa entender como determinados valores se sobrepuseram a outros, entender por que alguns bens foram institucionalizados e outros não (...)” (MOURA, 2009. p. 56).

Este elemento polissêmico do patrimônio é importante para o ensino de história porque permite a apreensão dos múltiplos valores e significados que cada grupo social ou indivíduo atribui a este tornando possível a interpretação e a apreensão da indiosincrasia individual a medida que cada pessoa tece suas relações próprias e coletivas com estes bens culturais permitindo, com isto, a percepção de memórias heterogênicas e diferenciadas. Sendo assim, o ensino da história local a partir do estudo do patrimônio cultural deve acentar-se nas diversas memórias disseminadas nos mais diferenciados sujeitos sociais para que se possa apreender delas as diversas versões e olhares que a experiência histórica local se fundamenta e se constitui, não devendo, sob pena de cair na homogeneidade histórica concebida pela concepção “oficial” de memória e história e tão cara às gerações de nossos pais, está alicerçada na visão dominante de apenas um segmento da sociedade ou de determinados indivíduos que tomaram para si a alcunha de “autênticos repositórios” da memória social<sup>1</sup>.

Assim como complementa Gonçalves

“os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de ‘representação’, que funda a memória e a identidade. (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público” (GONÇALVES, 2002. p.121-122).

Mas, a mais profícua relação que podemos estabelecer entre o patrimônio, a memória e a didática da história, é que tanto o patrimônio que insubsiste sem seu significado para a memória social, quanto a memória que se utiliza do patrimônio para se

---

<sup>1</sup> Neste sentido a “história ou memória oficial” seria aquela que se impõe como única e verdadeira e que não abre possibilidades de incluir outras versões existentes (a dos anônimos, a dos excluídos, por exemplo), sendo, portanto, aquela história ensinada e (re)produzida no âmbito das instituições públicas locais.

expressar, podem ser utilizados como documentos para o ensino de história. Sobre isto é que reflete Oliveira (2008)

“os monumentos são documentos e, portanto, passíveis de leituras, assim como os documentos não são portadores da verdade, ou representam a verdade pura e simplesmente. São constructos com uma função bem definida, portadores de uma concepção de memória e de história, muitas vezes criados para se fazerem únicos na identificação de uma memória e uma história oficial. O papel do historiador e do educador como agente revelador dessas operações é fazer aflorar e compreender estas construções, estas memórias e histórias (as vencidas, a dos excluídos, etc), não simplesmente num processo de troca pela memória/história oficial, mas num processo de esclarecimento” (OLIVEIRA IN OLIVEIRA E CAIMELLI, 2008. p. 97).

Desse modo, ao perceber o patrimônio cultural como uma fonte documental por onde o passado pode se tornar inteligível, tem-se que levar em consideração as concepções de memória e de história que este encerra, já que nenhum documento histórico está isento de imparcialidade, ou seja, não possui estatuto de “histórico” em si mesmo, representando, portanto, as reminiscências de determinado grupo social ou de indivíduos que se convencionou preservar pela história.

### **3. AS OFICINAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SEUS DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA LOCAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN**

A idéia de realizar oficinas de educação patrimonial como prática sensibilizadora de ensino para alunos de nível fundamental e médio do município de Cruzeta partiu de uma observação empírica e de um olhar perscrutador sobre a situação da *consciência histórica* e da *identidade cultural* que grande parte dos alunos da rede pública de ensino estabeleciam com o próprio lugar onde vivem. Esta visão do local se edifica quase sempre no sentimento de que o espaço onde habitam não possui “história” e que, portanto, quase nada restou do seu passado.

O cerne desta visão torna-se bastante preocupante, pois ela mesma sustenta a idéia de que “se não há história para contar, também não há o que se preservar”. Esta compreensão do passado demonstra a atitude de indiferença e apatia que muitas pessoas do local têm se portado diante da sua herança cultural, e de forma mais acentuada ainda, diante da defesa e preservação do *patrimônio cultural cruzetense*, já que os vínculos de afetividade com o local onde vivem são também afetados por estes sintomas sociais que os fragilizam.

Uma explicação para este problema podemos encontrar na supervalorização que o ensino formal de história atribui à história nacional e global em detrimento da

história local, quase nunca contemplada no planejamento anual dos conteúdos históricos das instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio no Brasil. A isso, soma-se ainda, os escassos projetos de extensão e os irrisórios recursos empregados em ações pedagógicas que visem desenvolver iniciativas educativas a partir do ensino da história local e da preservação do patrimônio cultural de cada comunidade. No município de Cruzeta/RN esta realidade não é diferente, ainda que existam professores que mesmo se valendo dos poucos recursos disponíveis para viabilizarem suas atividades de extensão e utilizando-se de todo esforço possível, conseguem obter algum resultado satisfatório através de suas ações pedagógicas. Mas estas são, porém, mínimas e quase sempre nunca continuadas.

Um outro aspecto preocupante deste problema tem sido o contínuo descaso com o que o poder público tem se portado diante do patrimônio cultural do município, não se munindo de qualquer instrumento legal que concorra à preservação e promoção de seus bens culturais, expondo-os, *grosso modo*, ao desgaste e a depauperação do tempo. A Lei Orgânica do município de Cruzeta promulgada em março de 1990 chega mesmo a prescrever como sendo da competência municipal a promoção e a proteção do “patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local” e ainda atribui à Câmara Municipal o estatuto de legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive aqueles que diz respeito à “proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município” e mais ainda de “impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural” do local.

No entanto, a verdade sobre isto, é que nada até hoje foi feito por parte do poder público local que garanta a observação e execução do que pede a Lei Orgânica Municipal no que diz respeito às questões do patrimônio cultural do município, sendo portanto, negligenciadas pelas autoridades locais que insistem em calar-se diante desta questão e assistir impávidos a ininterrupta destruição e descaracterização de nosso patrimônio histórico e as vezes até tornando-se mentores de sua própria destruição. Entretanto, é nosso dever, enquanto cidadãos cruzetenses conscientizar a população local para o seu exercício de cidadania que tem na defesa, preservação e apropriação de seus bens culturais uma baliza fundamental dos direitos do cidadão brasileiro.

Foi sem dúvidas em vista desta finalidade mais abrangente que executamos entre os dias 13 e 18 de Setembro de 2010 no município de Cruzeta o projeto *Patrimônio, memória e Educação: descobrindo nossos tesouros de identidade* cujas as ações



educativas foram realizadas por meio de oficinas de Educação Patrimonial e estudo de meio voltadas aos adolescentes e jovens estudantes locais.

Como nosso interesse neste texto é mostrar as variadas possibilidades de diálogo entre as práticas de Educação Patrimonial experienciadas e o ensino de história local, gostaríamos de começar tecendo esta discussão a partir de algumas colocações a cerca das concepções de história e memória correntes atualmente no município de Cruzeta e que tem servido como balizas para a escrita e o ensino de história local.

Inicialmente podemos dizer que o conhecimento histórico se constrói a partir de uma necessidade insurgente que não deixa de ser em si mesmo um objeto de análise da história e que vem a atender a demanda de novos interesses individuais e coletivos, seja ele produto de um desdobramento acionado pelas experiências vividas no bojo das relações sociais e interpessoais, seja por uma tomada de consciência frente a uma realidade que se almeja emancipadora e transformante. Assim, ao ser publicado em 1971 o livro *“Noções de Geografia e História do Município de Cruzeta”* de autoria da professora Terezinha de Jesus Medeiros Goes e que ainda nos serve de referência particular para o estudo da história local, grande foi a euforia dos cruzetenses ao receber tão “ilustre obra”, o que no contexto atual não deixa de ser para muitos cruzetenses “uma obra ultrapassada”.

Ao compartilhar as concepções de história e geografia de sua época, o livro *Noções de Geografia e História do Município de Cruzeta* não pode ser interpretado fora de seu contexto de produção, isto é, sem atentar-se para a análise dos fatores, conjunturas e ideologias que possibilitaram a sua escrita e publicação sem incorrer no mais grave pecado dos historiadores, isto é, no erro do anacronismo histórico. Pois como elucida Silva “o ato de contar, descrever e analisar o passado depende da sociedade e do período de cada contador. Tudo na história deve ser pensado em seu tempo, isto é a historicidade”. (SILVA, 2008. p. 183) Reconhecido ainda como a obra mestra que narra a “história oficial” do município de Cruzeta, o livro da professora Terezinha Medeiros Goes representa um importante documento/monumento de nossa história, constituindo-se, desse modo, uma versão da história local que nos últimos anos tem sido questionada por outros pesquisadores.

Esta reflexão ajuda a entender aquilo que podemos chamar de um “surto revisionista” na história do município de Cruzeta/RN, que tem mobilizado nos últimos anos esforços de professores e alunos da rede pública municipal de ensino na busca da reconstrução de um passado silenciado pela história oficial, ou seja, das memórias e vivências daqueles sujeitos históricos “que não se encontram nos livros que enaltecem os

**vultos**, mas que consideram como produtores de história quem realmente o é: o **povo**". [Grifos nossos] (COSTA & ZEFERINO, 2008. p. 13).

Esta nova "áurea de reconstrução da história local" no município de Cruzeta/RN pode ser percebida como um desdobramento de um projeto político ideológico mais amplo vivenciado pela sociedade brasileira a partir dos anos 1980 que se firma nos ideais de sociedade democrática e plural forjando a tessitura da emergência de se fazer ouvir "as vozes" daqueles sujeitos sociais que foram marginalizados ou "silenciados" pela "história vista de cima" fundamentada nos feitos dos "grandes vultos", quase sempre pertencentes e identificados a uma elite político-econômica local dominante.

O resultado disto tem sido a publicação de novos trabalhos demonstrativos de práticas pedagógicas ou de pesquisas *in loco* que se insinuam na valorização da memória social e que buscam lançar "um novo olhar" sobre o entendimento da história local seja resgatando das "lembranças dos nossos avós" a matéria-prima para a reconstrução desta história, como a iniciativa do livro *Cruzeta, uma cidade repleta de memórias e poesias* elaborado por professores e alunos da Escola Estadual Joaquim José de Medeiros no ano de 2008. Seja através da apropriação de novas versões e múltiplos olhares "que se debruçam sobre a gênese de fatos, de sabedorias explícitas e implícitas de cruzetenses (...) [para retratar] ocorrências plurais e oferecer-nos subsídios valiosos que enriquecem os nossos saberes sobre a história de um povo de tanto mistério" (MEDEIROS, 2010. p. 09), caso muito particular do livro *Coletânea de entrevistas: espelho da história e cultura cruzetense* publicado por professores e alunos da Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva em novembro de 2010.

As questões levantadas acima nos servem para apontar outra orientação que talvez possa parecer implícita, isto é, a função a que se atribui a história. Percebida como indissociada da memória, a função social da história nas obras citadas acima é situar as experiências de vidas dos sujeitos sociais nos mais variados contextos e épocas em que estes viveram, valorizando o ato de lembrar o passado como elemento instituinte da história. Para Silva (2008) a função da História quanto *ciência dos Homens no tempo*, para se utilizar da definição do historiador Marc Bloch, "é fornecer explicações para as sociedades humanas, sobre suas origens e as transformações pelas quais estas passam. Essas explicações, por mais diversas que sejam, são feitas sempre sobre uma base comum, o tempo, a temporalidade" (p. 183-184).

A função que se presta a história, tal como a entende Silva e a importância da memória como elemento instituinte do vivido, visão de história mais difundida no

município de Cruzeta, nos são válidos para demonstrar os possíveis diálogos que podemos estabelecer entre as práticas de Educação Patrimonial e o ensino da história local a partir da utilização do Patrimônio Cultural como meio de se compreender o passado. Para melhor ilustrar estas possibilidades é que tomaremos como exemplo a experiência vivenciada no Centro Histórico de Cruzeta durante as oficinas de Educação patrimonial.

Planejadas para serem executadas em quatro momentos distintos, as oficinas de Educação Patrimonial foram realizadas em uma semana de atividades. O primeiro momento foi vivenciado com a realização de palestras, além de outras atividades lúdicas, que envolveram temas voltados às questões da cultura, da identidade, do patrimônio cultural no âmbito local e nacional, das políticas de preservação e conservação deste no Brasil e da metodologia da Educação patrimonial que fundamentaram todo o instrumental teórico utilizado durante as oficinas para a aplicação em campo das atividades de pesquisa e estudo. Já o segundo momento foi executado com a aplicação da metodologia da Educação Patrimonial e a realização da pesquisa e registro do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Cruzeta, ocasião que será mais explorada neste texto. A etapa seguinte foi vivenciada pelos participantes por meio da socialização e apresentação dos resultados das pesquisas realizadas na experiência passada e, por último, tivemos a realização de uma viagem de estudo (city tour) por alguns lugares importantes para a compreensão da história e cultura da região do Seridó potiguar, momento em que foram visitados o Parque multitemático da Mina Brejuí e o museu que este integra, ambos localizados na cidade de Currais Novos e ainda o Museu do Sertanejo e a Igreja Barroca do Rosário, situados no município de Acari. Mas é em sobremaneira a segunda etapa destas atividades que nos interessa neste texto.

Partindo da análise feita por Horta (1999) que considera os Centros históricos como lugares importantes para se estudar e entender a história local “porque ajudam a estabelecer e compreender as relações fundamentais entre o presente, o passado, e as mudanças ocorridas nos modos de vida das pessoas que neles viveram, assim como nas próprias cidades” (p. 26), durante a execução do projeto educativo foi realizado de antemão um mapeamento prévio das principais evidências materiais e históricas possíveis de serem constatadas no Centro Histórico de Cruzeta, isto é, monumentos, edificações e construções que conservavam ainda integralmente ou parte de sua arquitetura original e logo em seguida elaborado um mapa demarcando as áreas do entorno circunscrito. Além destes elementos, também foram identificadas evidências da cultura imaterial que se manifestam no cotidiano ou nas ocasiões festivas e/ou de lazer da

população local que possui o *Centro Histórico* como cenário principal de sua ocorrência. Ainda para facilitar o trabalho em campo dos alunos participantes do projeto, foram elaborados e distribuídos materiais de apoio que serviram como instrumentos didáticos de pesquisa.

Assim, seguindo uma sistemática própria, foram constituídos dois grandes grupos de 20 pesquisadores perfazendo o total de 40 ao todo, e estes, por sua vez, subdivididos em dois menores compostos por 10 alunos cada qual. Para melhor estruturar os trabalhos a serem realizadas passamos a atribuir nomes e tarefas a cada um deles. Desse modo, o Grupo denominado A se dividiria em duas zonas e pesquisaria as evidências da cultura imaterial identificadas no Centro Histórico e, do mesmo modo ocorreria ao Grupo B, que teria o conjunto subdivido em duas zonas, mas que pesquisaria o *Sítio Histórico* como um todo.

Também é Horta quem nos fornece uma melhor definição de *Sítio* ou *Monumento Histórico*, apresentando-os como “fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificação ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós” (1999. p.17). O estudo e apropriada exploração destes remanescentes materiais nos revela um precioso meio de se compreender o passado a partir do contato direto, da observação e de sua análise crítica. Neste ponto é importante elucidar as orientações propostas pela metodologia da Educação Patrimonial no que aludi às suas etapas e recursos empregados. Destarte, para servir de orientação didática para o estudo de campo realizado durante as visitas ao Centro Histórico de Cruzeta, foram confeccionadas três fichas básicas de apoio, quais sejam:

- a *Ficha de Identificação do Edifício* com o objetivo de orientar o pesquisador na fixação de informações a cerca de antigos edifícios e construções no que diz respeito as suas características gerais, tais como, usos, estado de conservação, ocupação, primeiros moradores, período de construção, importância para a comunidade e diagnóstico geral do imóvel;
- a *Ficha de Identificação do Sítio Histórico* com a finalidade de instruir a cerca da descrição geral do Centro Histórico pesquisado em observação aos aspectos como localização, paisagem natural, meio ambiente, marcos edificados, características físicas, funções, usos e significados do local atualmente (Para que foi construído? Para que serve? E qual(s) o seu significado(s) para a comunidade?), além de fatores como a história e o perfil socioeconômico de seus habitantes;

- e por último, a *Ficha Explorando o Sítio Histórico* com o intuito de instigar as percepções e análises críticas dos alunos pesquisadores sobre a história do Sítio Histórico pesquisado propondo questões como a descrição dos antigos habitantes da área (personagens da história mais conhecidos e também os “anônimos”), suas formas de trabalho, ocupações, comportamentos e origens para responder a questão “quem viveu aqui?”, assim também como outros questionamentos que buscavam explorar as razões históricas que contribuíram para a ocupação do lugar (“Por que escolheram viver neste lugar?”), os diferentes usos deste espaço pela população local (“Para que foi usado este local?”), seus aspectos físicos no passado (“Como era este lugar no passado?”), a vida cotidiana de seus habitantes em outras épocas (“Como era viver aqui no passado?”), as transformações sofridas em decorrência de seu processo histórico e etc.

A utilização do material didático de apoio é um instrumento pedagógico imprescindível no estudo de campo, pois ajuda os estudantes pesquisadores na construção de seus conhecimentos, uma vez que serve como guia para suas reflexões ao estimular a análise crítica sobre o meio, sendo utilizado também como forma de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem do aluno, ainda que em alguns casos, não substitua a presença orientadora do professor. Neste contexto, mesmo munidos do material de apoio e do embasamento teórico absorvido no primeiro momento das oficinas, os grupos de pesquisadores foram supervisionados por dois *guias de campo* durante os passeios de estudo ao Centro Histórico de Cruzeta que acompanharam de perto todo o processo de construção do conhecimento. Mas para melhor problematizar nossa experiência de Educação Patrimonial e Ensino de História Local tendo como cenário e objeto de estudo o Centro Histórico de Cruzeta, iniciaremos, pois, a discussão, relacionando algumas narrativas a cerca da história do sítio pesquisado e suas possíveis utilidades para a prática do ensino de história.

O Centro Histórico de Cruzeta está repleto de memórias e narrativas envolvendo principalmente os modos como a população local se apropriou de seus bens culturais ao longo do tempo resignificando-os a cada geração. Nenhum adolescente que se interessou em saber de seus avós como aconteciam os namoros na cidade antigamente estará ignorante da importância que possuía o *Mercado Público Municipal* construído no início da década de 1930 para esta prática social, além, é claro, de sua utilidade primordial como centro comercial do local. Ou aqueles mais curiosos ainda não deixarão de saber que a *Escola Estadual Otávio Lamartine* construída em 1935 para

servir de primeira instituição de ensino formalizado às crianças do crescente povoado (Cruzeta passaria à Vila em 1937 e à categoria de Cidade em 1953) serviu também de sala de cinema para a exibição de filmes na década de 1960, de palco para apresentações de peças teatrais, ou de salão para os bailes e festas sociais até a década de 1970. Além destes exemplos outros poderiam ser citados aqui, como o do *Açude Público de Cruzeta* construído em 1929 no perímetro sul do centro da cidade com o objetivo de amenizar as problemáticas da seca no semi-árido nordestino, mas que nos fins da década de 1960 e no decorrer da de 1970 foi utilizado como cenário principal da festa “Manhã de Sol” onde a “beira” de suas margens era “transformada em praia” e recebia além de banhistas e desportistas da população local (as “manhãs de sol” eram freqüentemente comemoradas com competições de “remo, nado ou salto”), outra pessoas provenientes das cidades circunvizinhas (GOES, 1971. p. 68-69).

Tendo em vista estas narrativas já construídas e difundidas oralmente na comunidade, nosso trabalho de visita ao Centro Histórico de Cruzeta buscou desenvolver por meio da observação visual e sensorial do meio pesquisado, exercício que abrange a primeira etapa da Metodologia da Educação Patrimonial, estimular nos alunos uma “percepção histórica” destas memórias a partir do *olhar do historiador* sobre os fatos culturais observados, isto é, a visão que percebe as manifestações do Patrimônio Cultural como resultado de um processo histórico mais abrangente (visão macro da história) em observação a seus diversos ritmos de duração e aquela que busca enfocar seus aspectos mais particulares em decorrência da dinâmica do lugar (visão micro da história), mas que, de modo geral, sem deixar de estabelecer relações sempre quando possíveis entre o local, o nacional e o global. Desse modo, observar as configurações atuais do Centro Histórico de Cruzeta, seus elementos constitutivos, seus aspectos físicos e simbólicos, seus usos e significados a partir do *olhar do historiador*, é perceber que este possui uma historicidade à medida que se insere numa dinâmica cultural que ultrapassa gerações e épocas, que interrelaciona-se com outros espaços e temporalidades, ainda que suas representações se renovem sempre na contemporaneidade.

Com esta orientação partimos da idéia de que a composição inicial do núcleo urbano de Cruzeta formado fundamentalmente a partir da construção do Açude Público em 1929, a edificação da Capela de Nossa Senhora dos Remédios em 1921, além de outras escassas construções para uso residencial e posteriormente comercial erguidas neste período, ou seja, as “sementes de civilidade” para se dar início a construção de uma cidade, não surgiram por um acaso, mas sim, só pode ser historicamente entendido se situado na tessitura de uma conjuntura histórica mais ampla que extrapola a lógica da

dinâmica local, não sendo por tanto produto apenas da ação de alguns indivíduos, que por motivo ou outro, agiram voluntariamente sobre esta circunstância. Assim, entender as circunstâncias históricas que contribuíram para a construção do Centro Histórico de Cruzeta é situá-lo no passado que nos permite responder a questão por quê se escolheu este local para se fundar um núcleo urbano no meio do sertão seridoense potiguar nos alvares do século XX.

A resposta mais pertinente para esta indagação seria aquela que se detivesse a explicá-la a partir dos fatores socioculturais, políticos e econômicos possíveis de serem observados na trama histórica, o que dentro do contexto estudado poderíamos descortinar neste período uma região cuja elite político-econômica local buscava afirmar nos valores de civilidade e progresso representados pela vida racional nas cidades e pelo desenvolvimento do comércio e da indústria circulantes no meio político e intelectual nacional o caminho mais curto para se chegar à modernidade, aqui entendido em oposição a um “sentimento de ruptura com o passado” de atraso, de dificuldades e de estigmas provocados pelas adversidades da natureza e da sociedade que vinham “castigando” as populações locais desde tempos precedentes.

Esta busca pelo progresso do interior do país, isto é, os chamados sertões brasileiros, representa o desejo ou o esforço das elites político-econômicas nacionais em “atualizar” ou aproximar o Brasil ao ritmo de desenvolvimento vivenciados neste período pelas nações européias ou pelos Estados Unidos, num momento em que os espaços territoriais conhecidos por sertões passaram a ser vistos como um fator de impedimento para a modernidade da nação. A problemática das secas no semiárido nordestino era um destes fatores que mais citavam preocupações nos meios políticos. A construção do Açude Público de Cruzeta foi um desdobramento desta circunstância histórica inicial, o que não impediu que as elites locais não utilizassem deste benefício para assegurar seus privilégios e domínios na região. Não se pode ensinar uma história da Cidade de Cruzeta do início de sua fundação até os fins de 1970 sem referir-se a importância que a cotonicultura na sua produção e experimento das fibras e sementes do chamado “algodão mocó” representou para o próprio desenvolvimento da cidade. Para cá vieram muitos homens e famílias de outras localidades da região e até de outros Estados circunvizinhos trabalharem na construção do açude, nas usinas de beneficiamento ou nos campos cultiváveis do algodão mocó que passaram a construir residências próximas às imediações do Açude Público dando continuidade ao processo de edificação do centro histórico da cidade. É importante esclarecer neste ponto que isto não diminui a importância das ações deliberadas por outros indivíduos que agindo no meio das

circunstâncias mais gerais, também foram movidos por outros motivos adversos a desempenharem suas funções dentro deste processo histórico, exemplo bastante conhecido na cidade da figura de Joaquim José de Medeiros, que ao doar as terras recebidas por herança para o assentamento do povoado que passou a se chamar Cruzeta, veio, então, a ser reconhecido pela comunidade como o seu fundador.

O perigo em atribuir a um indivíduo ou a um grupo circunscrito de pessoas as honras de fundadores de uma cidade se incidi sobre a interpretação reducionista da realidade que desconsidera como importante o trabalho e as ações de indivíduos de outros grupos ou matizes sociais, levando a crer que estes não fizeram história e por tanto não merecem ter suas memórias preservadas às futuras gerações. A verdade é que ninguém funda uma cidade sozinho. Cada sujeito histórico dentro da lógica de seu meio social e cultural, desempenha as funções que lhes são próprias. Se levarmos em consideração esta reflexão sobre a história oficial do município de Cruzeta poder-se-ia dirigir-lhe um questionamento: em que lugar desta história ficou reservado o espaço daqueles homens que labutaram de sol a sol durante quase 20 anos para construir nosso principal reservatório de água, o açude público, acontecimento histórico dos mais importantes para o surgimento do povoado? Certamente estes não mereceram “menções honrosas” ainda que obtivesse algum reconhecimento como chegou a relatar Terezinha de Medeiros Góes em seu livro: “de igual importância nos princípios do nosso povoado foi a colaboração dos homens humildes, **incógnitos**, que em centenas aqui alojados, sob os ardores de um sol causticante, com seus rostos banhados de suor, construíram os alicerces desta cidade que os **homens mais esclarecidos** do passado edificaram (...)” [Grifos nossos](GOES, 1971. p. 55). Para estes homens “incógnitos” a nossa história oficial lhes reservou o silêncio.

As reflexões tecidas acima servem para orientar o leque de possibilidades que o uso do Patrimônio Cultural como documento histórico abre para se ensinar a história local. Tomando ainda como exemplo nossa experiência de Educação Patrimonial no Centro Histórico de Cruzeta, buscamos explorar uma abordagem da história que estimulasse nos alunos a percepção das permanências e discontinuidades em suas variações temporais a partir da análise e exploração do Patrimônio Histórico identificado. Portanto, entendido que o Centro Histórico de Cruzeta foi construído para atender as necessidades da vida em sociedade consolidando a qualidade humana da sociabilidade dentro de uma circunstância histórica mais abrangente, não poderíamos deixar de problematizar que seus usos e apropriações nem sempre foram os mesmos ao longo do processo histórico local.



Ao buscarmos explorar mais a fundo este enfoque teórico podemos estabelecer diante das fontes históricas disponíveis (fotografias antigas e relatos de memórias) pelo menos três recortes temporais (marcos políticos) para explicar os diferentes usos e significados que as populações locais fizeram deste espaço. O primeiro deles corresponde ao período de Povoador (1921 a 1937), momento em que um pequeno núcleo urbano é formado em torno da Capela de Nossa Senhora dos Remédios (1921), do Mercado Público Municipal (1931), do grupo Escolar Otávio Lamartine (1935) e nas margens do Açude Público (1929), mas que ainda se confunde com a própria paisagem rural dispersa nos arredores.

O segundo recorte temporal pode ser feito no período em que o povoado passa a categoria de Vila (1937 a 1953) onde o Centro Histórico incorpora outras feições externas como a instalação do sistema de iluminação elétrica em 1939 que só duraria até o ano de 1943 (GOES, 1971. p. 60), a pavimentação das ruas principais com plano de arborização. Mas, contudo, mantêm as características duma comunidade tipicamente rural, mesmo que já em processo de urbanização. O ambiente predominante da sociabilidade local ainda continua sendo a zona rural, espaço mais habitado e disputado pelas populações locais.

O terceiro recorte pode ser situado na passagem de Vila para a categoria de cidade (1953 aos dias atuais), em que o Sítio Histórico passa a representar o “coração da cidade” e o centro da sociabilidade com a instalação das entidades de utilidade pública (a construção da Prefeitura e da Câmara Municipal é desta época), do Posto de Saúde (1958), do Grêmio Lútero Esportivo Cruzetense (1959) responsável em promover as festas sociais, da instalação da energia de Paulo Afonso (1966), momento em que as ruas principais perdem sua arborização, do serviço de abastecimento d’água na cidade (1969), da construção da Praça João de Góes (1969), da instalação do prédio dos Correios e Telégrafos (1969), dentre outros benefícios.

Sobre a vida na cidade registrou Terezinha Góes em 1971: “há progresso cultural. O povo começa a interessar-se pelas técnicas, inventos e conquistas do homem moderno. (...) A pacatez é característica do nosso povo. Poucos crimes tem-se registrado aqui e esses poucos, em sua maioria, foram praticados por estranhos” (GOES, 1971. p. 71) Embora estes três recortes possam ser situados com uma certa facilidade, posto que são aqueles estabelecidos pela história oficial do município, também dentro deste último é possível situar outros. Se observarmos que até meados da década de 1970, Cruzeta ainda permanecia uma cidade com fortes características rurais que se revelava no seu maior contingente populacional vivendo ainda no campo e na dependência da população

urbana pela produção econômica campesina, iremos admitir que o centro urbano que agora incorpora a representação da cidade com todos os seus benefícios públicos e suas facilidades de vida e como lugar comum da fonte de renda e do trabalho só será forjado nas representações sociais a partir da década de 1980, onde se observa um rápido deslocamento de uma significativa parcela da população rural para os espaços citadinos e o crescimento acelerado da construção civil e do setor terciário da economia. Esta variante pode ser explicada tendo em vista as mudanças provocadas pela decadência da cotonicultura na região que vinha desde anos anteriores perdendo espaço no mercado nacional para a região sudeste levando à falência às fazendas de lavoura do algodão.

Em vista disto, o patrimônio cultural não deve ser percebido como um “registro” estanque de uma época. Ao se constituir num bem patrimonial transferível, isto é, numa herança cultural que se repassa de geração a geração, ele se reveste de uma natureza dinâmica e mutável que se inscreve sempre no tempo presente, ou seja, incorpora as funções, usos, representações e sentidos que cada geração confere a ele ao longo dos tempos. Assim, para entender o conjunto de significados e funções que se atribui ao Centro Histórico de Cruzeta em seus matizes contemporâneos, torna-se imprescindível conhecer a história local, pois todo fato cultural, entendido por Santos (1987) “como uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade” (p. 37) é também uma construção histórica, ou seja, se revela no tempo e no espaço possíveis de serem identificados.

Foi com base nestas reflexões que as visitas aos chamados “lugares de memórias” do município de Cruzeta, entre estes o Mercado Público Municipal, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a casa do Fundador da Cidade, o Açude Público e a Escola Estadual Otávio Lamartine, para citar apenas os mais consagrados situados nas imediações do centro Histórico pesquisado, buscou a partir do *registro* e *exploração* destes bens, estabelecer uma conexão com os conhecimentos em construção sobre a história local, perpetrando nos alunos pesquisadores o estímulo em descobrir outras fontes, bens culturais e documentos que pudessem enriquecer seus conhecimentos a cerca da história do sítio pesquisado. Para isto é que velhas fotografias antigas sobre o centro urbano, relatos e informações obtidos a partir de entrevistas com os moradores locais, pesquisas em livros e jornais foram utilizados como meio de se investigar e compreender a história local.

A percepção do Centro Histórico de Cruzeta como um fato em constante mutação presente nos registros de vários alunos pesquisadores revela um dado importante para avaliarmos a compreensão da história apreendida por estes durante as

oficinas de Educação Patrimonial. A relação que estes estabelecem entre presente/passado a partir do dado analisado e o esforço em situar os fatos na “lógica do tempo” é uma informação valiosa que demonstra o nível de “imaginação histórica” alcançado pelo educando. Um dos alunos pesquisadores do projeto registrou em seu caderno de campo (ficha de acompanhamento) suas impressões sobre o sítio pesquisado: *“as ruas principais do centro não eram calçadas como hoje em dia, as casas possuíam modelos antigos que hoje estão sendo reformadas e se tornando cada vez mais modernas, restando apenas poucas delas. Não existia saneamento básico e as pessoas sofriam muito com as muriçocas. Só a partir de 54 é que passou a existir o calçamento nas outras ruas”*. Em vista disto, ao ser apropriado pelo processo educacional, o patrimônio histórico cultural identificado nos remanescentes do passado deve ser utilizado na busca pela compreensão e avaliação do modo de vida e dos problemas enfrentados pelas populações que nos antecederam esforçando-nos para entender as soluções encontradas para estes mesmos problemas ao longo dos tempos e suas permanências nos dias de hoje.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Construir um saber histórico local a partir do Centro Histórico de Cruzeta foi uma experiência enriquecedora que permitiu a muitos estudantes locais compreender as transformações históricas pelas quais vivenciaram os diversos sujeitos sociais na urdidura da história e suas permanências no tempo presente. Da fundação do povoado de Cruzeta em 1921 ao ano de execução do projeto (2008) já se passaram quase 90 anos de história em que o sítio pesquisado veio se definindo como o verdadeiro “coração da cidade” embora que suas funções e significados nos tempos de Vila (1937 a 1953) tenham se diferenciados em muitos aspectos das dos últimos tempos onde este está voltado mais às práticas comerciais e festivas e menos do lazer e da sociabilidade cotidiana. Em seu caderno de campo um estudante pesquisador do projeto registrou sobre isto: *“é no centro histórico onde fica a praça da Igreja que antes era local de encontros de familiares, jovens, amigos, vizinhos e pessoas da comunidade mas que hoje devido a construção da praça de eventos [Praça Dr. Sílvio Bezerra de Melo localizada numa área externa do núcleo histórico principal] lá se tornou mais local de encontros amorosos por ser mais reservado. Não é mais como era antes”*.

No entanto, para ensinar a história local a partir do Centro histórico de Cruzeta foi necessário explorar uma abordagem da história que estivesse ao alcance dos níveis cognoscíveis dos alunos envolvidos no projeto, já que estes eram provenientes de séries intermediárias do nível Fundamental e Médio de ensino, e, por tanto, detentores de graus diferenciados de aprendizagens, valendo-nos, pois, dos conhecimentos prévios dos educandos e de suas experiências históricas vividas para introduzi-los no entrelaçamento de novos significados e esquemas próprios das abordagens históricas, respeitando, sempre quando possíveis, as considerações espontâneas formuladas por intermédios de tais experiências, já que como nos orienta Bittencourt (2009) “a constituição de ‘conceitos científicos’ ocorre de maneira articulada aos ‘conceitos espontâneos’” (p.191)”.

Por fim, o desenvolvimento do projeto de Educação patrimonial e seus diálogos com a história local serviram para que os alunos envolvidos adquirissem um novo olhar sobre a sua comunidade e através deste pudessem visualizar no meio onde vivem os traços deixados por aqueles que no passado construíram e edificaram nossa cidade num contínuo processo de recriação à medida que cada geração ascendente buscou apropriar-se de seu patrimônio cultural a partir de seus conhecimentos acumulados e de suas experiências no tempo presente para tecer o nosso amanhã, forjando através da história as nossas “identidades culturais”. Assim

“as pegadas daqueles que construíram o cotidiano do tempo que se passou são novamente repisadas pelos que fazem as trilhas do hoje, mas estas pegadas dos seres humanos do presente são marcadas pelos condicionamentos de seu tempo e os sonhos de um amanhã; são construções e reconstruções das ações humanas engendradas pela relação que o ontem, o hoje e o amanhã proporcionaram e nos fazem viver o presente, construindo o dia seguinte”. (RÊGO, Apud. MAGALHÃES JUNIOR, 2003. p. 33).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Elis Betânia Guedes da; ZEFERINO, Maria dos Milagres (Org.). *Cruzeta, uma cidade repleta de memórias e poesias*. Currais Novos: Tipografia Padre Ausônio, 2008.

GOES, Terezinha de Jesus M. *Noções de Geografia e História do município de Cruzeta*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1971.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso*. In. \_\_OLIVEIRA, Lucia Lipp (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: trajetórias. In. \_\_ BARRETO, Euder Arrais et. al. (Org.) *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente: documento e história. In. \_\_KARNAL, Leandro e FREITAS NETO, José Alves de. (Org.) *A escrita da memória*. Interpretação e análise documentais. São Paulo/SP: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.

MEDEIROS, Renilda Pereira de. *Coletânea de entrevista: espelho da história e cultura cruzetense*. Currais Novos: Tipografia Padre Ausônio, 2010.

MOURA, Ana Maria do nascimento. *Avaliar como parte do saber docente: desafios e aprendizagens no componente curricular Memória e Patrimônio Histórico*. In. \_\_\_\_ OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org.). *Como se formam os profissionais de História: vivenciais e experiências na iniciação à docência*. Natal/RN: EDFURN, 2009.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Patrimônio, memória e ensino de história. In. \_\_\_\_ OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; CAIMELLI, Marlenne Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de.(Org.). *Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal/RN: EDFURN, 2008.

PIZANI, Edílson José. *Repensando a história local: a Igreja Matriz e seu entorno em Palmeira: um estudo de caso*. UEPG/PR, 2008. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1821-8.pdf>>. Acesso em 17 Ago. 2011.

RÊGO, Sheila Novais. *A Educação Patrimonial e o ensino de História*.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Kalina Vanderli; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.